

## **Nos quadros do pensamento civilizador: aspectos da legitimidade do poder do Estado no Brasil entre Primeiro Reinado, Regência e Segundo Reinado**

**SÉRGIO CAMPOS GONÇALVES\***

### **Introdução**

Notadamente com a chegada da Corte portuguesa exilada em 1808, inaugura-se a circularidade e a importação regular dos quadros mentais e institucionais que legitimaram no Brasil os pilares do iluminismo e do processo civilizador europeus. Se houve indícios de um ideal civilizatório durante a colonização antes de 1808, é definitivamente depois dessa data que o processo de seu enraizamento se intensifica em solo brasileiro: fixa-se um padrão valorativo europeu e estabelece-se o grau de civilização como a meta, o ponto de chegada, tanto para a arquitetura do ambiente quanto para a arquitetura dos homens (MALERBA, 2000:125-128).

Os esforços por transformações civilizadoras que aconteceram no Rio de Janeiro desde 1808 não mudaram substancialmente seu rumo com as vicissitudes que vieram a seguir. Ao contrário, já no reinado de D. Pedro I há o aprofundamento e a expansão daqueles empreendimentos iniciados no período joanino. Do mesmo modo, com o início da Regência a partir de 1831, e, igualmente, com o Segundo Reinado após 1840, “*essa marcha das luzes e do progresso [...] em pouco, ou quase nada, mudará seus rumos*”, conforme Jean Marcel Carvalho França destaca. Nesse longo período que vai até o final do Império, argumenta França, o que efetivamente teria ocorrido foi “a consolidação de um processo cujas linhas mestras são a urbanização da cidade e a europeização de sua população”, as quais, para os contemporâneos, representavam aproximar-se dos estágios mais avançados de civilização (FRANÇA, 1999:41-42).

Nesse processo, logo cedo os agentes da civilização foram definidos, eram os homens ilustrados, das ciências e das letras. Essa *intelligentsia* perpassou o

---

\* Doutorando, Mestre e Graduado em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca. Graduado em Comunicação Social / Jornalismo pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP).

processo de construção e de consolidação do Estado monárquico, participando ativamente de suas instituições políticas e culturais. Além de representar os hospedeiros de um *pensamento civilizador*, os letrados da Corte comportaram-se também como agentes-vetores, visto que tanto portaram quanto transmitiram a ânsia pela ocidentalização civilizadora e pelos cânones europeus do processo civilizador.

Este texto trata de ressaltar a importância do ideal de civilização para o processo de legitimação do poder do Estado entre o Primeiro Reinado, o Período Regencial e o Segundo Reinado.

\*\*\*

Durante a formação e a consolidação do Estado independente, a figura de D. Pedro I como genuíno representante da continuidade e da orgulhosa ligação do Brasil com o modelo civilizado europeu foi utilizada, em larga medida, como instrumento para elite fluminense assegurar a legitimidade da *Monarchia*, sobretudo diante da tendência republicana na América (CARVALHO, 1993:57). Iara Lis F. S. C. Souza compreende que “amalgamavam-se no imperador e nele se encerravam uma prática de adesão, a tese do contrato, o direito hereditário, instaurando-o como fonte, princípio e lugar da soberania”. Para Souza, havia um esforço pelo estabelecimento da monarquia constitucional para fazer com que os antigos modos de representação coincidissem e se entrecruzassem com uma noção moderna de poder concentrado e cristalizado no Estado. Com isso, os debates sobre o parlamento, a extensão e valorização da liberdade individual e pública, a acepção dos poderes, a atuação e limites do legislativo veiculavam uma noção de unanimidade, moralidade, afetividade públicos e união coletiva cujo maior ícone era o rei (SOUZA, 1999:272).

Entretanto, desde que D. Pedro I se consolidou absoluto em seu reinado, sobretudo após sufocar os confederados de Pernambuco, seus impulsos autoritários criaram tensões com os legisladores brasileiros. Houve divergências entre os futuros legisladores e o imperador desde pelo menos 1823, quando D. Pedro I dissolveu a Assembléia Constituinte; também em 1824, quando o imperador outorgou a Constituição Brasileira, a “Primeira”, que o conferia superioridade através do Poder Moderador. No entanto, D. Pedro I viu-se envolvido nos problemas de sucessão ao trono português desde março de 1826, quando D. João, seu pai e rei de Portugal,

veio a falecer. Foi justamente nesse mesmo ano que a Assembléia foi reaberta e se deu início à primeira legislatura da Câmara dos Deputados. Daí em diante, e progressivamente, D. Pedro perdia sua popularidade. A situação do imperador era agravada também pela atuação de seus ministros conservadores, que em vários episódios chegaram a ser acusados e processados por má gerência de verbas. Além disso, havia um número excessivo de portugueses que se ocupavam de cargos no governo, o que causava um imenso mal-estar entre a oposição e a opinião pública – afinal, o Brasil dava seus primeiros passos como nação independente de sua ex-metrópole portuguesa (MALERBA, 1999:24-25)

A instituição monárquica continuava a exercer seu fascínio, pois transmitia um apelo civilizatório poderoso de unidade nacional e estabilidade social. Apesar das tensões com o Legislativo desde 1826, D. Pedro I gozava do prestígio de ser o herói da Independência. O monarca, aliás, lançou mão dos recursos que tinha para tentar contornar a crise: a mesma cartilha política realizada nos trópicos por seu pai. Segundo Leslie Bethell e José Murilo de Carvalho, muitos foram cooptados como ministros, senadores, conselheiros de Estado; alguns foram comprados com títulos honoríficos: “durante o ano de 1825-1826, Dom Pedro concedeu 104 títulos de nobreza (em sua maioria, de barão e visconde), mais de dois terços de todos os títulos outorgados durante o Primeiro Reinado”. Entre os partidários brasileiros de D. Pedro havia absolutistas conservadores, muito dos quais hesitavam em lhe fazer oposição, temendo que o próprio sistema monárquico fosse ameaçado (CARVALHO; BETHELL, 2001:706).

Não obstante, somava-se a essa conjuntura outro problema: a economia ia de mal a pior. Na década de 1820, a Brasil ainda tentava arrumar seu caixa, afetado pelo alto custo de sua independência. A crise econômica da época frustrou as expectativas de progresso conferidas à Independência. Em abril de 1831, diante de tanta pressão, D. Pedro I abdicou em favor de seu filho mais novo, Pedro, de apenas cinco anos, o único filho homem e nascido no Brasil. Com isso, nacionalizava-se o trono, o que em tese devia acalmar a exaltação contra os portugueses, e, também, mantinha-se em perspectiva a continuidade legítima da monarquia.

A notícia da abdicação, ao alcançar sobretudo os núcleos das províncias, fez irromper uma série de distúrbios populares e insurreições militares; segundo Leslie

Bethell e José Murilo de Carvalho, muitos desses não eram republicanos e possuíam “um elemento ideológico, eram radicais ou no mínimo nativistas” – ou apenas visavam a restauração. Na própria capital fluminense ocorreram uma série de cinco motins, dos quais quatro tiveram essencialmente os portugueses como alvo; foram reboliços desencadeados por tropas que “frequentemente receberam a adesão do povo”. De acordo com Bethell e Carvalho, os principais beneficiários da abdicação de Dom Pedro I e seus sucessores no exercício do poder político sob a Regência Trina foram os setores da classe brasileira que haviam apoiado a Independência em 1822, mas que, na década seguinte, se opuseram cada vez mais contra o absolutismo, contra a extrema centralização do poder e contra a política de predileção pró-portuguesa do imperador (CARVALHO; BETHELL, 2001:710-713).

No entanto, aos olhos dos homens de Estado envolvidos com as estruturas da Monarquia, a apreensão sobre a possibilidade de fragmentação da nação era acompanhada pela repugnância contra a idéia de tirar o Brasil dos trilhos da civilização. Entre 1831 e 1840, o Brasil foi governado por regentes enquanto o futuro imperador crescia. Nesse período, se a solução provisória da regência sofreu com os vários movimentos de insurreição nas províncias - todos com o objetivo do federalismo, sendo muitos deles abertamente separatistas - , a época posteriormente apelidada de “experiência republicana”, em razão de seus mecanismos eleitorais, propiciou que a soma das forças autóctones indicasse a direção e o sentido que a estrutura do Estado deveria tomar. O resultado foi um realinhamento das forças políticas que responderam pela consolidação da ordem conservadora ante as pressões liberalizantes e fragmentadoras.

Unidos por interesses comuns, os grupos sociais que ganharam força durante o Período Joanino e que participaram da Independência foram os agricultores escravistas das regiões Centro-Sul e Nordeste e os grandes comerciantes fluminenses responsáveis pelo controle do sistema de crédito e pelo tráfico internacional de escravos. Entretanto, do final do Primeiro Reinado em diante, ocorreu a paulatina ascensão dos agricultores de café sobre a Baixada Fluminense e o Vale do Paraíba, até que, por volta de 1850, tal classe de plantadores escravistas iriam definitivamente afirmar sua supremacia (MALERBA, 1999:49). Nesse ínterim, conservadores e liberais alteraram-se na chefia do Estado, disputando a hegemonia

para promover reformas ora liberalizantes ora centralizadoras. Conforme Fernando Uricoechea observa, o estado brasileiro começou a modificar-se substancialmente, assumindo formas mais burocráticas ao mesmo tempo em que inaugurava um programa sistemático de administração patrimonial no início dos anos 1830. Embora o “patrimonialismo” sempre tivesse sido um componente da organização política durante o período colonial, ele assumiu uma expressão mais institucional e sistemática apenas quando o estado decidiu aliciar inteiramente a cooperação privada das classes patriarcais dominantes, no começo dos anos 1830. É justamente nessa coexistência antagônica e conflitante de formas tradicionais e racionais, de “patrimonialismo” e burocracia, segundo Uricoechea, que repousa um dos traços mais peculiares da organização institucional da comunidade política brasileira do século XIX (URICOECHEA, 1978:302).

O novo realinhamento dos fluxos de interesse significou a emergência de uma nova rede de interdependências. Para os grandes comerciantes fluminenses, era cada vez mais expressiva a importância dos cafeicultores, os quais garantiam a demanda por escravos ante as pressões contra o tráfico de negros. Posto que o contínuo desembarque de escravos “incivilizados” no Rio de Janeiro não oferecia ao Brasil nenhuma aproximação com a almejada civilização – muito pelo contrário - , o conluio de interesses entre a oferta e a demanda do escravismo foi essencial para que o Estado monárquico mantivesse a legalidade do trabalho escravo. Pois, enquanto aos comerciantes fluminenses interessava que a supremacia da política brasileira continuasse a gravitar ao redor da sociedade de corte, aos cafeicultores interessava que a oferta para a demanda de braços para a mão-de-obra da lavoura não fosse interrompida. Em grande medida, a expansão da agricultura do café dependia das linhas de crédito encontradas nas praças cariocas para o financiamento da lavoura, as quais eram reguladas pelos mesmos comerciantes que controlavam o tráfico de escravos. A elite fluminense ganhava novamente com o fato da produção do café ser integralmente escoado pelo porto do Rio de Janeiro (FAORO, 1975:387).

Em pleno Período Regencial, esse vantajoso sistema de mercado para a sociedade fluminense fez com que o eixo econômico do Brasil beneficiasse a sede da Corte e, de maneira geral, a sociedade carioca, onde os interesses de maior quilate se concentravam. Lá, os elementos geradores de riqueza estavam mais em função da

economia do escravo e da exportação que da fazenda. O Estado brasileiro voltava, dessa maneira, segundo Raymundo Faoro, “às suas origens e fundamentos patrimonialistas, alimentado pelo comércio, colhendo, na longa caminhada, cores renovadoras, sem enfraquecer a sua linha central, que a especulação vela e conduz, ao estilo do mercantilismo” (FAORO, 1975: 388).

Assim, comerciantes e quadro político se reencontraram para fazer do Estado um instrumento civilizador, irradiado a partir da monarquia e concentrado na Corte. Conforme assinalou Richard Graham, a elite fluminense se imbricava na estrutura do governo para promover seus próprios interesses, mas não somente por isso. Além de obviamente exercer influência sobre “a adoção dessa ou daquela política, como seja uma lei de impostos, regulamentação tarifária...”, a elite fluminense se infiltrava nos quadros burocráticos do Estado notadamente para exercer influência “sobre os próprios conceitos de bem e da verdade, a conduta devidamente obsequente em uma estrutura social hierárquica, a lealdade aos padrões e o cuidado com os clientes” (GRAHAM, 1997:15-23). Não se tratava, portanto, apenas de usufruir do Estado, mas de utilizá-lo como instrumento para impor projetos e ideais. Por essa razão, o Estado monárquico representou uma importante ferramenta através da qual a alta sociedade fluminense empregou meios de concretizar os ímpetos de seu ideal civilizatório.

Além disso, é na própria estrutura do Estado que se concentrava o maior número de hospedeiros do *pensamento civilizador*, dado que os homens letrados-ilustrados majoritariamente buscavam seu lugar nas funções públicas para o reconhecimento e ascensão pessoais - em vista de que não se separavam funcionalmente o intelectual do político naquela época. Praticamente não havia outros modos de sobreviver intelectualmente num país de iletrados, em um espaço social sufocado pela presença da instituição servil. Por isso, somente na política era possível uma colocação social que permitisse exercer também a função de letrado. Segundo Lúcia Maria Bastos P. Neves, é ilustrativo que “entre os quinze ministros de Império, ao longo dos anos de 1831 e 1838, mais da metade dedicou parte de seu tempo aos escritos políticos, científicos e de belas letras”. Mesmo após a quebra da autoridade tradicional com a abdicação de D. Pedro I em 1831, quando as regências em crise revelaram “um estado desfigurado”, segundo Neves, “a identidade

continuava a ser buscada em um modelo externo, capaz de legitimar as aspirações de inserir o Brasil no contexto das nações civilizadas” (NEVES, 1999:23-24).

Nessa conjuntura, apesar das diferenças entre os grupos e partidos, coube a todos os grupos sociais em questão, conservadores e liberais, a missão de fazer reinar novamente a ordem pública e, sobretudo, de garantir a integridade do Império e da ordem escravista. Daí a preocupação das elites em fundar a nação brasileira através do aparato do Estado central ter redundado em interferências do poder público em questões culturais, como é o caso da criação de instituições como o Colégio Pedro II, o Arquivo Público e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (NEVES, 1999:25-32).

A conjugação dos conceitos de “civilização” e “cultura” é um pilar importante para a consolidação da nacionalidade, visto que a utilização dos dois conceitos normalmente é inerente à fase em que um país recém independente promove a estatização do conteúdo das palavras “cultura” e “civilização”. No caso da formação e consolidação do Estado imperial no Brasil, a sedimentação de um vocabulário cujo conteúdo estabelecia a ideia de posse sobre aquilo ou aquelas características que são entendidas como fator de identidade é indício de que o desenvolvimento da autopercepção nacional, da identidade nacional, ocorre a partir dos valores de referência fornecidos pelo próprio *processo de civilização*. Conforme Federico Neiburg explica, nesse processo, o termo *civilização* passou a distinguir o mundo ocidental de nações e de relações entre nações de toda uma outra forma de organização social, enquanto que o termo *cultura* começou a ser utilizado no plural, para designar “as unidades delimitadas e diferenciadas que se autodefinem como culturas nacionais – *cultura* passou a ser sinônimo de ‘ser’ ou de ‘ter caráter nacional’” (NEIBURG, 2001:46-47).

No ano da morte de D. Pedro I em Portugal, no calor das disputas entre liberais e conservadores, sob o sistema parlamentar das regências compostas, o Ato Adicional de 1834 estabeleceu que o governo regencial deveria se organizar através da rotatividade de um único chefe no Executivo, a ser eleito pelas províncias a cada quatro anos por meio do voto censitário.

Em 12 de outubro de 1835, o primeiro regente eleito tomou posse, o padre liberal-moderado Diogo Feijó, cujo polêmico e autoritário mandato terminou em

1837, com sua renúncia. O momento era delicado para um governo liberal, pois, àquela altura, o projeto dos liberais moderados sofria da crescente oposição em razão das dificuldades de manter a integridade territorial do Império (ENGEL, 2002:207-209).

O cargo foi assumido interinamente por Pedro de Araújo Lima, que, apesar de pernambucano, representava o interesse das oligarquias fluminenses de reverter a tendência descentralizadora do Ato Adicional. Sua regência nomeou um gabinete composto por políticos conservadores e regressistas, os quais visavam a retirar o controle do sistema judicial das províncias e devolvê-lo ao poder central (MALERBA, 1999:54-55). Durante seu o governo, fundaram-se importantes instituições para a monarquia, muitas das quais de destaque no Segundo Reinado, como a criação do Colégio D. Pedro II, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Arquivo Público do Império, da Escola de Agricultura da Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas, e, também, foi responsável pela reorganização do Exército Imperial. Quando as agitações do período faziam aventar a idéia de promover a princesa Januária à regência, herdeira presuntiva do Império, Araújo Lima estrategicamente buscava realçar o prestígio de D. Pedro de Alcântara através do restabelecimento de etiquetas cortesãs conhecidas do tempo joanino, entre as quais o costume do beija-mão, cujo gesto simbolizava o reconhecimento de que o monarca é o senhor de seus súditos (GUIMARÃES, 2002:572-573). Contudo, o prestígio do pernambucano não o safou das indisposições com os liberais moderados.

Os interesses dos liberais de voltar ao poder redundaram, no entanto, na manobra do Golpe da Maioridade: promoveram agitações e pressionaram o Senado a declarar, em 23 de julho de 1840, D. Pedro II legalmente maior de idade, ainda com menos de 15 anos.

Marco do final das regências e início do Segundo Reinado, o objetivo do golpe foi levar ao trono um imperador inexperiente, maleável, que pudesse atender aos interesses liberais. Através do golpe, as atenções ficariam centralizadas na figura do imperador, e isso representava um fator importante para o processo de estabilização política do Brasil imperial, visto que tanto liberais quanto conservadores se arregimentaram ao redor do trono em 1848. Tal processo de



sedimentação da construção do Estado brasileiro estaria praticamente concluído em 1850, depois de atravessadas as crises de sucessão e aquietados os conflitos gerados pela oposição dos parlamentos às influências palacianas sobre as ações do imperador (MALERBA, 1999:55-59). O texto da proclamação da maioria oferece um espetáculo histórico-informativo sobre as expectativas sobre D. Pedro II:

***Proclamação da Assembléia Geral ao povo sobre a maioria***

*Brasileiros!*

*A Assembléia Geral Legislativa do Brasil, reconhecendo o feliz desenvolvimento intelectual de S.M.I. o Senhor D. Pedro II, com que a Divina Providência favoreceu o Império de Santa Cruz; reconhecendo igualmente os males inerentes a governos excepcionais, e presenciando o desejo unânime do povo desta capital; convencida de que com este desejo está de acordo o de todo o Império, para conferir-se ao mesmo Augusto Senhor o exercício dos poderes que, pela Constituição lhe competem, houve por bem, por tão ponderosos motivos, declará-lo em maioria, para o efeito de entrar imediatamente no pleno exercício desses poderes, como Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil.*

*Brasileiros! Estão convertidas em realidades as esperanças da Nação; uma nova era apontou; seja ela de união e prosperidade. Sejamos nós dignos de tão grandioso benefício.*

*Paço da Assembléia Geral, 23 de julho de 1840.*

*Marquês de Paranaguá, Presidente - Luiz José de Oliveira, 1º Secretário do Senado - Antônio Joaquim Álvares do Amaral, 1º Secretário da Câmara dos Deputados.*

Rei no trono, coroa na cabeça. Através de sua imagem, D. Pedro II fixava o emblema da soberania nacional, e, ao mesmo tempo, atendia à demanda de filiação do Brasil à civilização através de sua herança monárquica. A um só tempo, indicava que o Império acertava-se sob os trilhos civilizadores do modelo ocidental-europeu e fornecia aos setores da elite fluminense o símbolo maior da monarquia para legitimar a centralidade da sociedade de corte do Rio de Janeiro no cenário político do Império.

Assim como ocorreu com a chegada de D. João VI ao Brasil, depois da Independência, a figura do imperador novamente representava o pilar de uma prática de adesão aos interesses da sociedade de corte fluminense e aos propósitos dos homens de Estado letrados. No plano do poder simbólico, com D. Pedro II e a continuidade da monarquia, o ímpeto de lapidar a nação através do processo de civilização estaria assegurado no “Império de Santa Cruz”, pois o “Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil” encenava a garantia de que seriam

“convertidas em realidade as esperanças da Nação”. Tudo conforme a cartilha do *pensamento civilizador*.

Entre o Primeiro Reinado e o Segundo, até que D. Pedro II ganhasse barbas, à elite cortesã competiu a gestão da formação moral e intelectual do “órfão da nação”. Ícone da unidade do país e do pertencimento genealógico da monarquia brasileira à marcha universal da civilização, a imagem de D. Pedro II era cuidadosamente manipulada pelas elites locais fluminenses, transformando-o, desde o momento regencial, em “instituição nacional” (SCHWARCZ, 1998:58).

Mas o esforço concernente ao imperador ia além da imagem representada. Menino de carne e osso, o próprio D. Pedro II fora alvo da padronização europeizante e civilizadora. Apesar dos conflitos no jogo de interesses envolvidos em sua tutoria, foi consensual durante sua educação que a formação do herdeiro do trono deveria ser pautada por uma tediosa e regrada rotina de tarefas pedagógicas, cujo objetivo era incuti-lo dos valores que consideravam essenciais no futuro rei: um misto de civilidade, de um amor disciplinado e paternalista ao Brasil e de erudição européia-iluminista-universal. Antes de completar 13 anos, em 8 de maio de 1838, D. Pedro escreveu à sua irmã, a rainha D. Maria da Glória:

*Querida e muito amada irmã. Aproveitamos a viagem a Paris que faz o Sr. Antônio Carlos d'Andrada, irmão do nosso Tutor, para dar-lhe notícias. Há muito tempo estamos privados das suas, assim como das de nossa querida Mamãe [...] Aqui esforçamo-nos em seguir o seu exemplo: Escrita, Aritmética, Geografia, Desenho, Francês, Inglês, Música e Dança dividem os nossos momentos; fazemos constantes esforços para adquirir conhecimento e somente nossa aplicação pode trazer um pouco de lenitivo às vivas saudades que nos faz experimentar a separação [...] (Apud SCHWARCZ, 1998:54).*

Dessa maneira, não se tratava apenas de prepará-lo para a trama de sociabilidades e do jogo político que encontraria na Corte. Certamente, os objetivos envolvidos com a formação do imperador estendiam-se sobre a necessidade de versá-lo no repertório cosmopolita da erudição científico-iluminista. Afinal, o que estava em jogo era a fabricação de um príncipe perfeito, adequado tanto às demandas que o reinado imporia quanto aos mandamentos do ideal civilizatório.

Por isso a oportunidade de educar a mente de D. Pedro foi tão valiosa para a Corte fluminense. Logo trataram de tentar moldá-lo como queriam, educando-o para

que não se parecesse com seu pai, cuja fama de ser “comandado por emoções” contrariava o princípio da previsibilidade racional necessário ao comportamento dentro da sociedade de corte. De acordo com José Murilo de Carvalho, D. Pedro I “era impulsivo, romântico, autoritário, ambicioso, generoso, grosseiro, sedutor”, por isso “capaz de grandes ódios e amores”. Daí educar D. Pedro II para fazer dele o oposto: “ensinaram-lhe a controlar ódios e amores, a ser contido, racional, equilibrado, previsível” (CARVALHO, 2007:17). Assim, o futuro rei teve sua educação orientada para que fosse um ícone exemplar da monarquia civilizada, pois, em uma sociedade encarnada de patriarcalismo, monárquica e aspirante ao modelo ocidental da civilização, nada melhor se o próprio rei fosse um elemento europeizado e civilizado tanto quanto europeizante e civilizador. Segundo José Murilo de Carvalho, a rotina infantil de D. Pedro II mostrava-se voltada para tal objetivo:

*D. Pedro devia levantar-se todos os dias às sete horas da manhã. O almoço era às oito, com a presença de um médico “para não comer muito”. As irmãs não comiam com ele. A preocupação com a frugalidade devia-se sem dúvida à lembrança do avô, d. João VI, conhecido como grande garfo. Das nove às onze e meia devia estudar, e então divertir-se até uma e meia. O jantar era às duas da tarde, novamente com a presença do médico, além da camarista e da camareira-mor. A conversa só poderia versar sobre assuntos científicos e de benevolência. Às quatro e meia, haveria passeio pelos jardins e leituras. Às oito da noite, oração, ceia às nove e meia. O médico regulava os banhos e a temperatura da água. O imperador só podia ir aos aposentos das irmãs depois do almoço.*

*D. Pedro incorporou os hábitos de disciplina e pontualidade que lhe inculcaram na infância. Ao longo da vida, sempre teve mania de estabelecer horários rígidos para tudo, onde quer que estivesse, em São Cristóvão, em Petrópolis, nas províncias, em viagens para o exterior... (CARVALHO, 2007:27).*

Conforme Carvalho assinalou, a tutoria de D. Pedro II dava instruções aos seus mestres para que seu programa de estudos na educação literária e moral fosse “uma mistura de iluminismo, humanismo e moralismo”, com vistas a formar um “monarca humano, sábio, justo, honesto, constitucional, pacifista, tolerante. Isto é, um governante perfeito, acima das paixões políticas e dos interesses privados” (CARVALHO, 2007:27).

O projeto de civilização que se empenhou por estabelecer e consolidar o Estado imperial esteve imerso em um ambiente herdeiro dos ideais iluministas. A

orientação educacional de D. Pedro II é reflexo disso tanto quanto a política de institucionalização do saber que se materializou no século XIX com a fundação de sociedades e academias científicas e educacionais. De fato, o longo reinado de D. Pedro II mostrou que o imperador fez o que foi “programado” para fazer: incentivou o quanto pôde o desenvolvimento das artes e da ciência no Brasil, chegando a empregar os próprios recursos financeiros para o mecenato. É inegável que a política cultural do Segundo Reinado explicitamente se articulou ao projeto nacional-civilizacional. É sintomática a homenagem que Domingos José Gonçalves de Magalhães fez a D. Pedro II no livro *A Confederação dos Tamoios*, datado de 1856 e a resposta do monarca homenageado anotada entre os garranchos na página 11 do seu exemplar. Assim Gonçalves de Magalhães fazia sua homenagem:

*Senhor! Não é simples motivo de participar por especiais favores devidos a V. M. I. e sim um sentimento patriótico profundo e de elevado reconhecimento pela prosperidade de nosso país, devido à soberania, amor e justiça que tão altamente brilham no Trono de Vossa Augusta Pessoa [...] Vossa Majestade que bem deseja ser amado por suas virtudes públicas e privadas que tanto edificam o Brasil como um todo [...] A instrução pública, a completa liberdade de imprensa, a tolerância dos cultos [...] tudo faz do Brasil uma nação e dá ao mundo um Príncipe perfeito [...] (Apud SCHWARCZ, 1998:123).*

Por sua vez, D. Pedro II replicava que lhe ainda faltavam realizar duas grandes obras: “organizar moralmente a nacionalidade, formar uma elite” (Apud SCHWARCZ, 1998:124). De acordo com Lilia M. Schwarcz,

*[...] a partir desse momento o monarca, até então pouco freqüente na cena política e cultural, se dedicará às duas tarefas de regente. Conformar uma cultura própria e oficial, criar uma nobreza particular. Ao lado do projeto civilizacional, que implica pensar no papel do país no concerto das nações, era hora de prever um projeto nacional calcado em uma cultura particular e distante de tudo o que lembrasse a escravidão (Apud SCHWARCZ, 1998:124).*

Com efeito, o tom da política cultural do Segundo Reinado afinou-se com o projeto nacional-civilizacional. Tanto no seu apogeu, entre 1850 e 1870, quanto na fase de seu declínio, de 1870 até 1889, ocorreu uma intensificação da institucionalização educacional e científica (SCHWARCZ, 1993). Da mesma forma que a política cultural iniciada com a vinda da Família Real em 1808, tratava-se de

alocar o Brasil na marcha universal da História e de assegurar que o destino da nação brasileira estaria em acordo com o *pensamento civilizador*.

### **Considerações Finais**

Os valores civilizatórios semeados no Brasil notadamente a partir do Período Joanino representam um fator incontornável para o estudo da história das ideias, pois o enraizamento do ideal civilizatório parece ter contribuído decisivamente para dar forma à mentalidade dos homens de Estado da elite letrada que perpassou o século XIX brasileiro.

No Primeiro Reinado, o projeto de Estado representado pela figura do rei D. Pedro I reuniu, ao redor do ideal de civilização, os valores da estabilidade e da unidade monárquicas, contrapondo o Brasil à imagem de uma América dominada pelo republicanismo. Embora houvesse intelectuais-estadistas que chegaram a demonstrar admiração pelo exemplo estadunidense, a opção pela monarquia incluía a dimensão de evitar que o destino nacional desviasse do controle dos grupos da elite letrada, pois havia entre eles uma apreensão generalizada sobre o despreparo do “populacho incivilizado” e, por isso mesmo, incapaz de se autogovernar – faculdade da qual o sucesso da república dependeria. Afinal, era lugar-comum entre os mentores do Império, segundo Maria Odila da Silva Dias, a idéia que “uma população bárbara e dispersa, como a brasileira, dependia primordialmente de uma tutela paternalista e ilustrada, de um governo central fortemente estruturado” (DIAS, 2005:146-147). Competia aos estadistas brasileiros incorporar tal população à obra da construção do Estado e, por isso, os ilustrados articulados ao governo do Rio de Janeiro carregavam o fardo de pensar os meios de garantir a unidade territorial e a “nacionalização” da população. Fazendo coro à mentalidade ilustrada enraizada por longa data, a predileção pela estrutura centralizada de governo justificou-se pelo discurso da importância da manutenção da unidade nacional. Ao fim e ao cabo, o Estado monárquico foi pensado como um meio de garantir que o Brasil não sairia dos trilhos da civilização, e isso teve considerável importância para que o país independente prosseguisse no mesmo sistema de governo.

Na Regência, num cenário de crise da autoridade tradicional, a “experiência republicana” alternou liberais e conservadores na gestão do Estado. Contudo,

prevaleceu um consenso pela civilização. Apesar de suas rixas e interesses diversos, os dois grupos antagônicos buscaram assegurar a ordem e a integridade do Império seguindo o modelo europeu de Estado em acordo com o desejo de inserir o Brasil no contexto das nações civilizadas. Tal “ilha de letrados num mar de analfabetos” - conforme nomeou José Murilo de Carvalho, compartilhou um acordo básico sobre a estrutura política e social no processo de formação do Estado. Para Carvalho, os grupos dominantes desenvolveram uma capacidade de processar conflitos respeitando as normas de estabilidade aceitas que constituíam as bases do sistema imperial (CARVALHO, 1996:38).

O Segundo Reinado marcou a cristalização da estrutura de Estado que conjugou política cultural e projeto civilizacional. Através de instituições escolares e científicas, bem como por agremiações literárias, a preocupação pela conformação intelectual do Brasil e de sua “identidade” mobilizou a elite letrada imperial, a qual buscava produzir valores e sentimentos que dessem unidade e identidade a um país que se caracterizava pela diversidade. Não por acaso, a instituição mais importante da política cultural do Império de D. Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao estabelecer uma cronologia oficial da fundação da nação, construiu um modo de inteligibilidade do passado brasileiro a fim de instituir uma memória e de edificar uma história que colocasse o Brasil na trilha da civilização ocidental e que definisse sua monarquia como herdeira e representante da civilização no Novo Mundo (GONÇALVES, 2009).

Entre o Primeiro Reinado, o Período Regencial e o Segundo Reinado encontram-se aspectos que sugerem a permanência de um ideal civilizatório presente em diversas formas de legitimação do poder do Estado independente - um ideal repleto de valores civilizatórios que outrora justificaram o colonialismo europeu.

### **Referências Bibliográficas**

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

BOWDEN, Brett. (ed.). **Civilization - critical concepts in political science**. New York, NY; London, UK: Routledge, 2009a.

BOWDEN, Brett. **The empire of civilization: the evolution of an imperial idea.** Chicago; London: The Chicago University Press, 2009b.

BURNS, E. B. Ideology in Nineteenth-Century Latin American Historiography. **The Hispanic American Historical Review**, Vol. 58, No. 3 (Aug., 1978), pp. 409-431. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2513957> Acesso em: 25/03/2009 17:34.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade.** São Paulo: T. A. Queiroz; Publifolha, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial.** – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo de; BETHELL, Leslie. O Brasil da Independência a meados do século XIX. In: BETHELL, L. (org.) **História da América Latina: da independência até 1870.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, volume 3, 2001.

CARVALHO, José Murilo. Federalismo y centralismo en El Imperio Brasileño: historia e argumento. In: CARMAGNANI, Marcello (org.). **Federalismos Latinoamericanos: México/Brasil/Argentina.** México: Fondo de Cultura Economica, 1993.

CHIARAMONTE, José Carlos. La formación de los Estados Nacionales en Iberoamérica. **Boletín Del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”.** Tercera série, n. 15, 1º. Semestre de 1997.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos.** São Paulo: Alameda, 2005.

ELIAS, Norbert. **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

ENGEL, Magali Gouveia. Diogo Antônio Feijó. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil imperial (1822-1889).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro.** – 2. Ed. - Porto Alegre: Globo, 1975.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista.** Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999.

GOLPE DA MAIORIDADE. In: **Wikipédia, a enciclopédia livre.** Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Golpe\\_da\\_Maioridade](http://pt.wikipedia.org/wiki/Golpe_da_Maioridade) Acesso em: 20/11/2007 10:45.

GONÇALVES, Sérgio Campos. **Pensamento civilizador e escrita da História: origens da historiografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Dissertação (Mestrado em História) – FHDSS, UNESP, Franca, 2009, 200f.

GRAHAM, Richard. **Cientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Pedro de Araújo Lima. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil imperial (1822-1889).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

IGGERS, G. The Idea of Progress: A Critical Reassessment. **The American Historical Review**, Vol. 71, No. 1 (Oct., 1965), pp. 1-17. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1863033>  
Acesso em: 30/11/2009 11:45.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro; história de uma ideologia**. São Paulo: Pioneira, 1969.

MALERBA, Jurandir. **A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MALERBA, Jurandir. **O Brasil imperial (1808-1889): panorama da história do Brasil no século XIX**. Maringá: Eduem, 1999.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. (Vols. I, II e III) - São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

MAZLISH, B. **Civilization and its contents**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2004.

MONTEIRO, R. M. Civilização e cultura: Paradigmas da nacionalidade. **Cadernos Cedes**, ano XX, no 51, novembro/2000.

MOTA, Carlos. G. **Ideologia da cultura brasileira**. 9ª ed. – São Paulo: Ática, 1994.

NAXARA, M. R. C. **Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Brasília: Editora da UnB, 2004.

NAXARA, M. R. C. Pensando Origens para o Brasil no Século XIX: História e Literatura. **História: Questões & Debates**. Curitiba, n. 32, p. 47-64, jan. / jun., 2000.

NEIBURG, Federico. O naciocentrismo das ciências sociais e as formas de conceituar a violência política e os processos de politização da vida social. In: WAIZBORT, Leopoldo (org.). **Dossiê Norbert Elias**. – 2. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

NEVES, Lúcia Maria P. Intelectuais brasileiros nos oitocentos: a constituição de uma “família” sob a proteção do poder imperial (1821-1838). In: PRADO, Maria Emília (org.). **O Estado como vocação: idéias e práticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Access, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo. 1780-1831**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

STEARNS, P. N. **Western civilization in world history**. New York, NY; London, UK: Routledge, 2003.

URICOECHEA, Fernando. **O Minotauro Imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX**. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1978.

VALDEMARIN, V. Lições de Coisas: concepção científica e projeto modernizador para a sociedade. **Cadernos Cedes**, ano XX, n. 52, novembro, 2000.



WASSERMAN, C. A historiografia latino-americana da questão nacional: nações inacabadas; inimigos da nação e a ontologia da nacionalidade. In: MALERBA, J.; ROJAS, C. A. (orgs.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

ZIMMERMAN, T. Modelos de civilização para o Brasil do século XIX. **Dimensões** – Revista de História da UFES. Vitória: UEES, Centro de Ciências Humanas e Naturais, n. 14, 2002, p. 503-517.